

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Conferência Nacional da Educação Básica
CONFERÊNCIA ESTADUAL – INFORMAÇÕES GERAIS

Estado		Município			UF	
SERGIPE		ARACAJU			SE	
Local de Realização da Conferência						
HOTEL PARQUE DOS COQUEIROS						
Período de Realização da Conferência						
Dia	Mês	Ano		Dia	Mês	Ano
12	DEZEMBRO	2007	a	14	DEZEMBRO	2007
Participantes						
Quantidade	Segmentos e Setores					
171	01- Gestores Estaduais					
142	02- Trabalhadores da Educação Básica Pública					
86	03 -Gestores Municipais					
*	04 -Gestores da Educação Básica Privada					
43	05 -Trabalhadores da Educação Básica Privada					
21	06 -Conselheiros Estaduais de Educação					
53	07 -Conselheiros Municipais de Educação					
73	08 – Estudantes					
31	09 – Pais					
-	10 -Representação das Assembléias Legislativas					
04	11 -Representação dos Ministérios Públicos					
-	12 -Representação dos Tribunais de Contas					
-	13 -Representação Social do Campo					
48	14 -Secretaria Executiva Adjunta - SEA/MEC					
-	15 -Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC					
-	16 - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC					
-	17 - Secretaria de Educação Especial - SEESP/MEC					
-	18 - Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC					
-	19 - Secretaria de Educação Superior - SESU/MEC					
-	20 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP/MEC					
-	21 - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC					
03	22 - CEFET/MEC					
-	23 - Colégio Pedro II					
-	24 - Colégio de Aplicação					
-	25 – CNE					
-	26 - Centrais Sindicais					
-	27 - ONG's					
-	28 - Presidente de entidades que compõem a Comissão Organizadora					
**	29 - Representação Social Indígena					
***	30 - Representação Social Quilombola					

-	31 - Representação Entidade da Rede Universitária
-	32 - Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados
-	33 - Comissão de Educação do Senado
-	34 – CONSED
-	35 – UNDIME
-	36 – CNTE
-	37 – CONTEE
-	38 – FNCEE
-	39 – UNCME
-	40 – UBES
-	41 - CONFENAPA
-	42 – ANFOPE
-	43 - COORDENAÇÃO DO CAMPO
01	44 - CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO
-	45 - Outros (Identificar)
676	Total de Participantes
	* - <i>Compareceu apenas a solenidade de abertura.</i>
	** - <i>Receberam convite, mas não compareceram.</i>
	*** - <i>Fizeram 09 (nove) inscrições e não compareceram.</i>

Assinale os temas de eixos e/ou de colóquios que foram realizados e o número de participantes em cada um

	Palestra	Participantes
X	I – Os Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação	105
X	O PDE e as Ações Articuladas	15
X	A Contribuição da Educação a Distância no Fortalecimento dos Sistemas de Ensino	15
X	O PNE na perspectiva dos Planos Estaduais e Municipais de Educação	15
X	Sistema Nacional de Avaliação	20
X	Educação Para Todos ao Longo da Vida	15
X	Função Social da Escola	15
X	O Setor Privado da Educação na Construção do Sistema Nacional	10
X	II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação Básica	147
X	O Papel das TICs na Educação e a Inclusão Digital	15
X	Transversalidade da Educação Especial na Educação Básica	10
X	Gestão Democrática das Escolas e dos Sistemas de Ensino: relação entre sujeitos e as instâncias de participação	25
X	As Tecnologias e Conteúdos Multimidiáticos na Educação Básica	12
X	Educação Infantil em Novas perspectivas	14
X	Ensino Médio Integrado e Educação Profissional	14
X	Ensino Fundamental de Nove Anos	20
X	Educação de Jovens e Adultos	10
X	Currículo, Tempo e Espaço	14

X	Leitura – promoção e formação de mediadores	13
X	III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação	132
X	Gestão e Financiamento de Políticas Educacionais num Regime de Colaboração	31
X	FUNDEB e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino	37
X	Transferência de Recursos: Gestão e Compromisso	33
X	A Vinculação dos Recursos e a Manutenção e Desenvolvimento da Educação	33
X	IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica	148
X	Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	10
X	Contextualização Curricular a partir da Diversidade Regional	10
X	Educação Indígena	03
X	Educação e Afrodescendência	25
X	Educação no Campo	61
X	Educação Especial	20
X	Ampliação do Tempo Escolar	10
X	Educação e Diversidade Sexual	06
X	Construção da Cultura da Paz no contexto da Escola	03
X	V – Formação e Valorização Profissional	144
X	Formação Inicial e Continuada de Professores	30
X	Avaliação Docente como Instrumento de Valorização	25
X	Funcionários de Escola: Formação e Identidade Profissional	30
X	Valorização: Piso Salarial Profissional e Desenvolvimento na Carreira	35
X	Educação a Distância e Formação de Professores	24
	Outros temas (identificar)	-

Equipe Organizadora do Evento

Comissão Organizadora

Nome	Instituições de Representação
Ada Augusta Celestina	CEE /Titular
Edna Quitéria de Amorim	CEE / Suplente
Wanderlê Dias Correia	Assembléia Legislativa / Titular
Igor Leonardo Alburquerque	Assembléia Legislativa / Suplente
Maria de Lourdes Cardoso Gouveia	UNCME - Secção de Sergipe - Titular
Agnaldo Pinheiro de Campos	UNCME - Secção de Sergipe - Suplente
Natanael N. Leite	USES - Titular
Maikon Oliveira Santos	USES - Suplente
Joel de Almeida Santos	SINTESE - Titular
Carlos Sérgio de L. Araújo	SINTESE - Suplente
Rainilda Pereira Silva	SINPRO/SE - Titular
Ednil Simões de Farias	SINPRO/SE - Suplente
Amarize Soares Cavalcante	Representante do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação / Titular

Coordenadores de Mesa

Nome		Conferência ou Colóquio	
Prof. Dr. José Fernandes Lima		Eixo Temático I	
Profa. Dra. Maria B. Lima		Eixo Temático II	
Profa. Dra. Stellamaris Torres Melo		Eixo Temático III	
Dr. Luis Fausto de Valois		Eixo Temático IV	
Prof. Iran Barbosa		Eixo Temático V	
Relatores			
Nome		Conferência ou Colóquio	
João Bosco Argolo Delfino		Eixo Temático I	
Josefa Lucineide da Cruz		Eixo Temático II	
José Custódio de Santana Filho		Eixo Temático III	
Paulo César K. Fernandes		Eixo Temático IV	
Edméia Elizabete Cardoso Sobral		Eixo Temático V	
Amarize Soares Cavalcante		Conferência	
Maria de Lourdes Cardoso Gouveia		Conferência	
Paulo Andrade Prata		Conferência	
Valdineide de Oliveira Santos		Conferência	
Quantidade de Recursos Humanos			
Membros da Comissão	Coordenadores	Relatores	Total
07 Titulares e 06 Suplentes	35 Coordenadores de Colóquio	09	63 * (02 elementos fizeram parte da Comissão Organizadora e também foram relatores)
Delegados Eleitos			
Nº	Nome	Segmento	
1.	Sandra Oliveira Santos	Representação Social do Campo – Titular - MST	
2.	Jorge Santana Menezes	Representação Social do Campo – Suplente - MST	
3.	Maciela Rocha Souza	Representação Social do Campo – Titular - FETASE	
4.	Marlene Araújo	Representação Social do Campo – Suplente - MPA	
5.	Nataniel Nascimento Leite	Estudantes – Titular	
6.	João Cláudio Santos Silva	Estudantes – Titular	
7.	Tereza Cristina Cerqueira	Gestores Municipais – Titular	
8.	José Arnaldo de Oliveira Neto	Gestores Municipais – Titular	
9.	Augusto Fernando Vieira	Gestores Municipais – Titular	
10.	Abraão Lincoln Vieira	Gestores Municipais – Suplente	
11.	Lícia Cristina Santana	Gestores Municipais – Suplente	
12.	Rainilda Pereira Silva	Trabalhadores da Educação Básica Privada – Titular	
13.	Agnaldo Pinheiro de Campos	Conselhos Municipais de Educação – Titular	
14.	Maria de Lourdes Cardoso Gouveia	Conselhos Municipais de Educação – Titular	
15.	Jádna Siqueira Souza	Conselhos Municipais de Educação - Suplente	

16.	José Raimundo da Silva	Conselhos Municipais de Educação - Suplente
17.	Ada Augusta Celestina	Conselhos Estaduais de Educação – Titular
18.	Maria José Souza Chaves Marques	Pais - Titular
19.	José Luiz	Pais - Titular
20.	Adalvo Fernando Vieira Nunes	Pais - Suplente
21.	Maria José Alves da Silva Cabral	Pais - Suplente
22.	José Carvalho de Menezes	Gestores Estaduais - Titular
23.	Heleonora Cerqueira da Graça	Gestores Estaduais – Titular
24.	Stellamaris Torres Melo	Gestores Estaduais – Titular
25.	Cleide Pessoa de Albuquerque	Gestores Estaduais – Suplente
26.	Paulo Andrade Prata	Gestores Estaduais – Suplente
27.	Fábio Nascimento Leite	Gestores Estaduais – Suplente
28.	Joel de Almeida Santos	Trabalhadores da Educação Básica Pública – Titular
29.	Neilton Luiz Silva	Trabalhadores da Educação Básica Pública – Titular
30.	Ginalva da Cruz	Trabalhadores da Educação Básica Pública – Titular
31.	Roberto Silva dos Santos	Trabalhadores da Educação Básica Pública - Suplente
32.	Maria Enivalda Leite	Trabalhadores da Educação Básica Pública - Suplente
33.	Luis Fausto de Valois	Ministério Público - Titular
<p>Observação: Considerando que o segmento Gestores da Educação Privada não participaram da conferência, a plenária deliberou que a sua vaga passaria para o segmento da Representação Social do Campo que terá 02 (dois) delegados na CONEB</p>		



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

RELATÓRIO DE SISTEMATIZAÇÃO

I CONFERÊNCIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tema: “A CONTRIBUIÇÃO DE SERGIPE NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA NACIONAL ARTICULADO DA EDUCAÇÃO”

Data: 12, 13 e 14 de dezembro de 2007.

Local: Anfiteatro do Hotel Parque dos Coqueiros - Aracaju-SE

A Conferência Estadual de Educação Básica, realizada no Auditório do Hotel Parque dos Coqueiros, em Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, nos dias 12, 12 e 14 de dezembro de 2007, convocada para discutir as políticas educacionais, programas e ações governamentais, envolveu a sociedade política e civil, num amplo debate, visando oferecer as contribuições do Estado de Sergipe, na construção de um Sistema Nacional Articulado da Educação.

Dividida em eixos temáticos, a Conferência Estadual abordou os cinco eixos temáticos, sugeridos pelo Documento Referência da Conferência Nacional da Educação Básica, que foram desenvolvidos no Anfiteatro do Hotel Parque dos Coqueiros, na Sala Polivalente do Hotel Parque dos Coqueiros, na Sala Oásis do Hotel Parque dos Coqueiros, no Auditório do Colégio Arquidiocesano e no Auditório do Colégio Módulo.

Na abertura dos trabalhos, no dia 12 de dezembro de 2007, foi feita uma abordagem sobre as políticas públicas educacionais na última década.

Após o desenvolvimento dos temas de cada eixo, os participantes foram distribuídos por grupos, em colóquios com temas específicos, produzindo-se, ao

final, propostas, que foram submetidas à aprovação da Plenária, conforme Relatórios de Sistematização.

Ressalte-se que, pela Plenária, foi aprovada como proposta de todos os participantes do evento, a inserção no Documento Referência, da variação de gênero “o” e “a”, como por exemplo “professor/professora”, “aluno/aluna.”

Não houve registro de outros eixos, para discussão na Conferência Estadual.



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA

Relatório de Sistematização da I Conferência Estadual da Educação
Básica

Realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007

Responsável pela sistematização: Amarize Soares Cavalcante, Maria de Lourdes Cardoso Gouveia, Valdineide de Oliveira Santos e Paulo Andrade Prata.

Eixo I – Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação

Modificações no Texto

Posições Majoritárias:

§ 16, Linha 05 – Acrescentar a palavra *laica* após a palavra *gratuita*.

Após § 17, Linha 13 – Acrescentar o seguinte parágrafo: “Embora o PDE represente avanço, o PNE deve ser tratado como principal prioridade pelo Estado Nacional e pela sociedade brasileira. O cumprimento das metas até 2111 exigirá grande esforço coletivo e institucional. Os investimentos públicos são imprescindíveis para tanto.”

Após § 20, Linha 09 – Acrescentar 04 parágrafos:

- ***“Criação e implantação de projetos de inclusão digital voltados para os diversos segmentos sociais, visando incentivar a cultura de uso dos meios digitais”.***
- ***“Ampliação dos laboratórios de informática nas escolas e garantia das condições de manutenção e funcionamento dos equipamentos, além das capacitações de professores e equipes”.***
- ***“Criar programas de extensão, capacitação, formação e financiamento voltados para uso das novas tecnologias”.***

- ***“Criar sistemas informatizados que melhore as formas de gestão educacional.”***
- ***“Redefinir propostas de formação de professores e profissionais do serviço de apoio escolar, utilizando as possibilidades da educação à distância.”***
- ***“Criar redes de conexão entre os diferentes Municípios, Estados e Regiões, para aproximar os envolvidos no sistema nacional de educação e possibilitar o intercâmbio de idéias e otimizar ações e soluções.”***
- ***“Discutir as formas de avaliação na modalidade à distância.”***
- ***“Garantir aportes financeiros para informatizar o sistema educativo.”***

Posições Minoritárias:

- **Redefinir proposta de formação de professores e profissionais do serviço de apoio escolar, utilizando as possibilidades da educação à distância;**
- **Discutir formas de avaliação na modalidade à distância.**

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)?

NÃO.

Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA

Relatório de Sistematização da I Conferência Estadual da Educação
Básica

Realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007.

Responsável pela sistematização: Amarize Soares Cavalcante, Maria de Lourdes Cardoso Gouveia, Valdineide de Oliveira Santos e Paulo Andrade Prata.

Eixo II – Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação

Modificações no Texto

Posições Majoritárias:

§ 23 – *Aprovadas diversas alterações na redação do referido parágrafo, que passou a ser redigido da seguinte forma: “A democratização da gestão e a educação com qualidade social implicam a garantia do direito à educação a todos, **prioritariamente, por meio de políticas públicas e complementadas por programas e ações articulados para melhoria dos processos de organização e gestão dos sistemas e das escolas, privilegiando a construção da qualidade social inerente ao processo educativo, estimulando os saberes científicos, tecnológicos e sócio-históricos, compreendendo as necessidades do mundo do trabalho, bem como os elementos da subjetividade”***

§ 24, Linha 05 – A expressão “ficará incompleto” será substituída pela expressão ***não será alcançado.***

Após § 24, Linha 06 – Acrescentar o seguinte parágrafo: ***“Na gestão democrática a escola se redefine como espaço democrático de elaboração de valores, de tolerância e respeito às diferenças de produção e disseminação do conhecimento e de convivência humana, social, cultural e política.”***

§ 25, Linha 10 – Acrescentar a expressão ***políticas públicas educacionais,*** após a expressão “a ser concretizada por”

§ 28, Linha 07 – Acrescentar a após a palavra “formativos”: **de modo que possa valorizar, resgatar e respeitar as várias manifestações culturais presentes em cada comunidade.**

§ 31, item 31.2, Linha 07- Substituir a expressão “devidamente credenciados”, por **formação pedagógica.**

§ 31, item 31.3, Linha 07 – Substituir a expressão “nas questões curriculares”, por **em seus múltiplos aspectos.**

§ 31, item 31.3, Linha 12 – Acrescentar ao final, o seguinte: **“Assim sendo, a escola deve ter autonomia para avaliar e implementar a proposta pedagógica discutida coletivamente.”**

§ 31, item 31.4, Linha 01 – Após “ruptura”, incluir: **“em todas as etapas da educação básica.”**

§ 31, item 31.5, Linha 11 – Acrescentar ao final, o seguinte: **“e que a escola tenha autonomia para decidir sobre a implementação ou não da Educação Profissional.”**

§ 31, item 31.8, Linha 04 – Acrescentar ao final, o seguinte: **“de tecnologias de comunicação, sendo necessária uma política de formação continuada para o uso das tecnologias pelos educadores;**

garantir formação técnico-pedagógico permanente;

contemplar no planejamento escolar, projetos pedagógicos e comunitários envolvendo as TIC’s;

dotar as escolas com equipamentos de qualidade com constantes atualizações e manutenções.

§ 31, item 31.9, Linha 02 – Acrescentar após a palavra “gestão”, a expressão **do conhecimento** e após a palavra “pedagógicos”, acrescentar **o estímulo a formação de leitores.**

§ 31, item 31.10, Linha 02 – Substituir a palavra “mediadores”, por **educadores.**

§ 31, após o item 31.12, Linha 06 – Acrescentar novos itens:

- *realização de censo especial da educação infantil, pelo INEP, informando modalidade e caráter do atendimento;*
- *expansão da educação profissional conforme o Decreto 5.154/04, considerando prioritariamente a contextualização do cenário econômico, local e regional;*
- *proibir a tercerização dos serviços pedagógicos e de informática-pedagógica e apostilas prontas;*
- *fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, através da ampla representatividade;*
- *garantir autonomia financeira e orçamentária, para os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação;*
- *garantir estrutura física própria, além de mobiliários e equipamentos para funcionamento adequado dos Conselhos Municipais de Educação;*
- *intensificar capacitações para os Conselhos Municipais de Educação, com recursos do FNDE;*
- *adequar as condições físicas e as propostas pedagógicas das Unidades de Ensino às peculiaridades dos sujeitos integrantes de cada etapa da educação básica.*

Posições Minoritárias:

- **Universalizar a educação profissional técnica em EJA uma vez que ela já atende ao aluno trabalhador;**
- **Adotar a prática do pro-labore para os conselheiros que não sejam servidores públicos**

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)?

NÃO.

Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Relatório de Sistematização da I Conferência Estadual da Educação
Básica**

Realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007

Responsável pela sistematização: Amarize Soares Cavalcante, Maria de Lourdes Cardoso Gouveia, Valdineide de Oliveira Santos e Paulo Andrade Prata.

Eixo III – Construção do Regime de Colaboração entre os Sistemas de Ensino, tendo como um dos instrumentos o Financiamento da Educação.

Modificações no Texto

Posições Majoritárias:

§ 33, após Linha 14 – Incluir novo parágrafo:

- ***“Outro fator limitante de recursos é o comprometimento elevado com serviços da dívida pública que correspondem, em média, a duas vezes o gasto público anual em educação. Portanto, é fundamental que os recursos atualmente canalizados para a dívida pública (8% do PIB ao ano) sejam destinados à área social.”***

§ 37, após a Linha 08 – Incluir um novo parágrafo:

**** “Sem uma redefinição da política de financiamento da educação é impossível cumprir as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação , e agora, também, do Plano de Desenvolvimento da Educação apresentado pelo MEC. Não é possível alcançar um patamar aceitável de qualidade. A participação da União nesta redefinição é de fundamental importância para alcançarmos os objetivos e metas estabelecidas para a educação nacional e este novo papel está intimamente ligado a mudanças na condução da política econômica do atual Governo.”***

§ 39, após Linha 10 – Incluir dois novos parágrafos:

- ***“O financiamento adequado da educação não é apenas mais um instrumento para construção do regime de colaboração para a determinação de um sistema nacional articulado de educação. Na realidade, ele é o principal meio e instrumento para tanto. Desse modo, cabe a União, ente que mais arrecada, contribuir com mais recursos para a Educação Básica.”***

- ***A base do financiamento à educação deve ser a definição do custo-aluno qualidade. Previsto no ordenamento jurídico brasileiro, o CAQ deve ser definido a partir do custo anual por aluno dos insumos educacionais necessários para a garantia de uma educação segundo um padrão mínimo de qualidade. A construção do CAQ exige amplo debate sobre o número de aluno por turma, remuneração adequada e condições de trabalho aos professores.”***

§ 40, item 40.1, Linha 01 a 04 – Dar nova redação ao item: ***“Aprimorar os gastos públicos ampliando o regime de colaboração entre os entes federados.”***

§ 40, item 40.5, Linha 01 a 03 – Dar nova redação ao item: ***“Implementar a efetivação da gestão autônoma (pedagógica, administrativa e financeira), aprimorando os processos visando a melhoria de suas ações pedagógicas.”***

§ 40, após item 40.8 – Incluir novos itens:

- ***“Promover um sistema de colaboração efetiva, iniciando pelas secretarias municipais, incluindo a participação dos Municípios, dos Estados e da União;***

- ***Promover a otimização do Sistema Educacenso, passando o mesmo a funcionar em tempo real (on-line), visando minimizar a diferença entre o valor pago (baseado no ano anterior) e o efetivo atendimento, com base no momento atual;***

- ***Elevar o investimento do PIB na educação, de 4,6% para, no mínimo 7%, a partir de 2008 até atingir 10% até 2011;***

- ***Assegurar autonomia financeira dos Municípios, através da transferência direta dos recursos da educação repassados pela União;***
- ***Assegurar aos secretários de educação a gestão dos recursos financeiros;***
- ***Expandir o atendimento a educação infantil e ensino médio, a partir da definição de um regime de colaboração que assegure: isonomia salarial aos servidores atuantes na mesma esfera; regime jurídico que assegure direitos e vantagens da carreira;***
- ***Responsabilizar os Municípios pela gestão do PNATE, assegurando a transferência integral de recursos, inclusive para os alunos do ensino médio, hoje repassados ao Estado;***
- ***Realizar uma reforma tributária que crie um modelo mais justo que o atual, tributando o capital especulativo, as grandes fortunas, (imposto ainda não regulamentado), o latifúndio improdutivo e o capital financeiro, além de reduzir as disparidades regionais na distribuição da receita tributária;***
- ***Elevar também, o índice de ponderação de cálculo relacionado aos recursos destinados a modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos, a partir de 2008;***
- ***Aumentar a vinculação federal de 18% para 20%, como também, da vinculação do Estado e dos Municípios de 25% para 30%, para gastos com educação, condicionada a um padrão mínimo de qualidade definido pelo MEC e entidades;***
- ***Garantir o cumprimento dos arts. 70 (com exclusão do inciso V) e 71, da LDB, que definem as despesas que são consideradas ou não como manutenção do desenvolvimento do ensino;***
- ***Garantir o piso salarial nacional, vinculado a jornada de 20 horas;***
- ***Aprovar lei que puna com perda imediata do mandato aquele que incluir despesas com previdência, saúde, segurança, administração e cultura, como gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;***

- ***Desvincular os recursos do FUNDEB do orçamento do Município (LRF – 54% da folha de pagamento);***
- ***Destinar os 25% dos recursos vinculados para educação, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para Educação Básica;***
- ***Retirar da folha de pagamento com recursos dos 25% da educação, as despesas dos proventos dos aposentados, devendo a União em regime e colaboração com os Estados e Municípios assegurar tais pagamentos;***
- ***Assegurar que os fatores de ponderação do valor aluno do FUNDEB, leve em conta também as condições de oferta do ensino, considerando razão aluno/turma, presença de bibliotecas e laboratórios e qualificação dos profissionais de educação;***
- ***Ampliar os recursos destinados ao FUNDEB, para efetiva implantação do CAQ;***
- ***Ampliar o valor de repasse mínimo nacional, por criança/ano, na educação infantil, de zero a três anos, de acordo com os estudos sobre o custo/aluno-qualidade do INEP/MEC, na implantação do FUNDEB;***
- ***Definir regras que assegurem peso maior a educação infantil para recebimento dos recursos do Fundo, por parte dos Municípios;***
- ***Assegurar que o custo aluno/qualidade seja a principal referência para financiamento da educação de tal forma que o valor mínimo nacional do FUNDEB garanta a presença em todas as escolas do país de todos os insumos previstos no Plano Nacional de Educação e que parte do lucro das estatais seja destinado a reforma as escolas públicas do País, dotando-as dos insumos previstos no Plano Nacional de Educação;***
- ***Assegurar aos Municípios, projetos e construções de creches procurando induzir um padrão de qualidade para atendimento público nesta faixa etária e que o FNDE crie um programa nos moldes do PNLD para compra de brinquedos, jogos e materiais para a educação infantil pública, objetivando a melhoria da qualidade, além de um outro programa para compra de livros adequados para a própria educação infantil;***

- ***Estabelecer mecanismos da participação das universidades públicas na discussão, elaboração e execução das políticas públicas de formação permanente e continuada dos profissionais da educação.***

Posições Minoritárias:

NÃO HOUVE.

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)?

NÃO.

Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Relatório de Sistematização da I Conferência Estadual da Educação
Básica**

Realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007

Responsável pela sistematização: Amarize Soares Cavalcante, Maria de Lourdes Cardoso Gouveia, Valdineide de Oliveira Santos e Paulo Andrade Prata.

Eixo IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Modificações no Texto

Posições Majoritárias:

- **Substituir em todo o texto do eixo temático a expressão “no campo” por: educação do campo e no campo.**
- **Acrescentar entre o título do eixo e o parágrafo 42 “ A escola pública, por definição do seu espírito e princípio, é e deve ser inclusiva e diversa. Apenas dessa forma e com certeza, podemos avançar a uma sociedade democrática e solidária”.**

Parágrafo 43 linha 4

- **Substituir:** “eles implicam” em “eles exigem”, acrescentar após a expressão posicionamento político, **transporte acessível**, e acrescentar depois da formação de professores e **funcionários**.
- **Acrescentar:**

“ Abrir espaço obrigatório nas diretrizes do curso de pedagogia e consequentemente, nas grades curriculares dos cursos de disciplina que contemplem na formação do futuro educador da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental a questão da inclusão e diversidade. Essa disciplina deve possibilitar vários olhares do futuro educador, no desenvolvimento da teoria/prática.”

“Todos os cursos de graduação que formam professores deverão prever em sua organização curricular, disciplinas e conteúdos que contemplem:

- a) Elementos da cultura e história do continente africano, bem como das reais condições de inserção do negro na formação econômica e cultural brasileira;
- b) Distintas formas de participação dos negros na sociedade brasileira contemporânea;
- c) Análise crítica e problematização da educação do preconceito e do racismo na realidade brasileira.”

“Garantia de tecnologias assistivas e materiais didático-pedagógicos, a cada categoria de deficiência e/ou necessidade especial.”

Parágrafo 44

Acrescentar na linha 4 e 5 após “os direitos sociais e humanos”: Só há educação no sentido pleno do termo se ela for inclusiva e promover a diversidade desde que fundamentada na perspectiva de que todos são iguais perante a lei.

“Na concepção de educação inclusiva todas as crianças tem o direito a matrícula na escola regular, mesmo, que provisoriamente seja necessária à organização de classes especiais, dentro da própria escola regular. Cabendo as instituições especializadas em deficiência/necessidades especiais, cumprirem seu papel fundamental de centro de apoio complementar as pessoas com deficiência da rede regular de educação.”

Parágrafo 46

Incluir no final do parágrafo: “Cabe ao estado a responsabilidade pelo desenvolvimento dessas políticas, garantindo condições institucionais e financeiras para a sua concretização.”

“ A educação especial, na perspectiva da educação inclusiva busca a segurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação nas turmas comuns do ensino regular, orientando o sistema de ensino para garantir o acesso ao ensino comum, a permanência e continuidade dos níveis mais elevados de ensino: sendo fundamental

investir na formação de profissionais de educação, no transporte e mobiliário adequados, valorizando ainda a participação da família e da comunidade”.

Acrescentar: “Desenvolver políticas públicas intersetoriais e integrados com saúde, assistência social, esportes e cultura para o desenvolvimento de atividades para o atendimento a diversidade.

Parágrafo 49

Acrescentar: “A classe inclusiva deverá ter no máximo 20 alunos por turma, um professor auxiliar, no ensino infantil e fundamental. Nas turmas inclusivas de surdos deve-se colocar 20% de surdos acompanhados de um professor interprete para melhor aprendizagem e respeito a sua condição de minoria lingüística.”

Parágrafo 51 linha 6

Aspear a palavra neutralidade.

Parágrafo 56

Adicionar um novo parágrafo: “A herança do regime da escravidão continua viva na sociedade brasileira, caracterizada pelas desigualdades sociais, um grande problema a ser resolvido tanto pelo governo como pelos movimentos sociais. Vivemos num país marcado pelas injustiças, corrupção, violência, discriminação, que necessita de políticas publicas que assegurem a cidadania para toda a sociedade, através de medidas como:

- Revisão sistemática dos livros didáticos;
- Repensar a escola: na sua estrutura, na formulação do currículo, na forma de tratar a diversidade;
- Desenvolver políticas de formação com corte étnico/racial e de gênero;
 - colocar no currículo as lutas das mulheres e da classe GLBTT contra a opressão, o Marxismo e a violência sexista;
 - Promover a retirada de materiais didáticos com teor discriminatório;
 - Combater o capitalismo que sobrevive da fome e da pobreza de mais da metade da população mundial, da opressão, do racismo, do marxismo, da homofobia, da xenofobia e de tantas outras formas de intolerância no intuito de dividir para reinar;

- “Levantara a discussão sobre “linguagem sexistas” e discriminatórias às mulheres, levando esta discussão para a sala de aula e para todos os ambientes de trabalho.”

Parágrafo 59

Acrescentar no item 03 depois de “jornada escolar”: “ assegurando aos profissionais de educação os direitos garantidos por lei”.

Depois de “tempo espaços pedagógicos”: “ definindo pelo conselho escolar de cada unidade educacional”.

Modificar o item 5: “ inserir nas grades curriculares a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Acrescentar no final do item 8: “(...) no cerne das lutas pela afirmação dos direitos, posicionando-se principalmente no diagnostico clinico como pré-condição para efetivação do direito à educação com qualidade”

Adicionar novos itens:

9 - “Reconhecer a diversidade geracional, considerando a ampliação da população adulta idosa”.

10 - “Combatam veementemente ações discriminatórias no processo de escolarização, por motivos relacionados a raças, etnias, gêneros, sexualidade ou situação de conflito com a lei”.

11 – “Que se usem os instrumentos legais para se cobrar, acompanhar o cumprimento das leis de âmbito social e educacional através das promotorias, legislativos, através das ONG’s, conselho municipais, e outros instrumentos de controle social, principalmente (no caso) da lei 10639/03”.

Parágrafo 60

Acrescentar no item 11 após “(...) Criação de condições políticas e pedagógicas...”: “ Que o sistema de parcerias – Município/Estado / Federação – inclua bibliografia especifica étnico-racial encaminhando-os às escolas públicas”.

Adicionar novos itens:

12- “ Criação de um fórum visando sensibilizar a comunidade escolar, com a finalidade de desenvolver a consciência crítica e ética visando a prática de respeito a diversidade”.

13- “ Propor que os governos Federal, Estadual e Municipal, criem fóruns permanentes para discutir inclusão de conteúdos que tratem da cultura afro descendentes nas escolas”.

14- “ Reformulação dos livros didáticos para adapta-los a cultura local de cada região brasileira”.

15- “ Inclusão no currículo escolar das disciplinas historia e geografia de cada estado, bem como também de cada município do Brasil”.

16-“ Adequar o calendário escolar à realidade do campo”.

17- “ Adequação do currículo a realidade do campo”.

18- “Assegurar a manutenção das escolas, bem como a ampliação do numero de escolas no campo especialmente para segunda fase do ensino fundamental e ensino médio”.

19-“ Equipar as escolas do campo com bibliotecas, laboratórios de informática e espaços de esporte e lazer”.

20- “ Redefinir a política de transporte escolar para que os alunos sejam deslocados intra-campo”.

21- “ Garantir que os recursos do FUNDEB, sejam aplicados corretamente para que a educação do campo seja melhorada e não usada como aumento da arrecadação do campo”.

22- “ Criar política de incentivo para os professores que atuam no campo para evitar a rotatividade de professores e com isto melhorar a educação”.

23- “ Assegurar políticas de formação dos professores do campo, de forma a assegurar o respeito à diversidade e identidade do campo em todos os níveis: médio, superior e na pós-graduação. Conforme diretrizes operacionais nacionais de educação básica nas escolas do campo”.

24- “ garantir políticas publicas de educação na forma da lei, que permita:

- o resgate cultural das comunidades quilombolas;

- o despertar da consciência de uma identidade quilombola;
- valorização da consciência das comunidades quilombolas quanto a demarcação de suas terras como direito líquido e certo garantido como uma política de estado”.

25-“ o ministério precisa definir e apontar novas didáticas que contemplem em específico a população afro descendente. Vincular a política de orçamento à lei 10639/03 (garantir verbas publicas no orçamento do MEC, para implantar de fato a lei 10639/03.). Para livros e formação de professores”.

26- “ Garantir, em forma de lei, que expressões como “fase negra”, “período negro”, “mercado negro”, “denegrir”, “dia de branco”, “ fazendo negrice”, “pegar a nega” e outras expressões de teor semelhante sejam proibidas em qualquer meio, pois associa o negro a idéias negativas e reforçam a discriminação. Ao não cumprimento dessa lei caberá processo por crime de racismo, conforme a lei 7716/89”.

27- “ Reformulação dos currículos das universidades publicas e privadas como também uma política constante de formação dos professores e de todos os profissionais da educação”.

28- “ Desenvolvimento de projetos políticos pedagógicos voltados para a educação ambiental a partir de ações como:

- Realização de fóruns para discutir as questões sócio-ambientais locais, regionais e nacional;.
- Organização de grupos de trabalho com alunos para o desenvolvimento de projeto de sensibilidade relacionados ao meio ambiente na sua comunidade:
- E laboração de uma agenda do meio ambiente nas escolas com intuito de divulgar as atividades realizadas pelos estudantes;
- Estruturação de um intercambio cultural social e ambiental entre as diversas regiões;
- Desenvolver projetos que torne a comunidade escolar um agente participativo no processo de revitalização das bacias hidrográficas;

- Implantação de projetos que sensibilize a comunidade escolar em relação a produção coleta e destinação do lixo.

Posições Minoritárias:

NÃO HOUVE.

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)?

NÃO.

Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Relatório de Sistematização da I Conferência Estadual da Educação
Básica**

Realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2007

Responsável pela sistematização: Amarize Soares Cavalcante, Maria de Lourdes Cardoso Gouveia, Valdineide de Oliveira Santos e Paulo Andrade Prata.

Eixo V – Formação e Valorização Profissional.

Modificações no Texto

Posições Majoritárias:

§ 62, após Linha 06 – *Incluir novo parágrafo:*

- ***“Nesse sentido, faz-se necessário a criação de um plano de carreira que abranja piso salarial nacional, jornada de trabalho com tempo de formação e planejamento, condições de trabalho, formação como condição sine qua non para a melhoria dos sistemas de ensino.”***

§ 64, após a Linha 03 – *Acrescentar ao item:*

**** “é fundamental que priorize salários dignos, que além de sua sobrevivência permitam a possibilidade de sua auto-formação, através da aquisição de bens culturais e materiais.”***

§ 64, Linha 02 – *Acrescentar após a palavra “docentes”, a expressão em universidades públicas.”*

§ 75, Linha 02 – *Acrescentar após a palavra “distância”, a expressão desde que garanta momentos presenciais.”*

§ 82, Linha 10 – *Suprimir após a palavra “presencial”, o restante do parágrafo.*

§ 84, após Linha 04: – *Incluir novos parágrafos:*

- ***“Vincular a formação dos professores em parcerias com universidades públicas e a criação de centros especializados na formação continuada e permanente para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos trabalhadores em educação.”***
- ***Assegurar piso salarial de hum mil e cinquenta reais para formação de nível médio, na modalidade normal, com carga horária de trinta horas, respeitando-se os direitos e vantagens estabelecidos nas respectivas carreiras;***
- ***Debater com urgência piso salarial para os demais profissionais das educação;***
- ***Implantar, imediatamente, o piso salarial sem regras de gradatividade;***
- ***Encaminhar a derrubada nos vetos do Plano Nacional de Educação, proporcionando maior aporte de recursos para valorizar a melhoria da qualidade de ensino e conseqüentemente fomentar a implantação do piso salarial;***

§ 74, após a Linha 11 – Criar itens:

- ***O Estado e os Municípios podem criar seus próprios sistemas de avaliação, estabelecendo uma política que contribua, significativamente, para melhoria da educação;***
- ***As escolas estaduais e municipais devem implementar a avaliação, considerando suas especificidades, por meio da participação dos seus respectivos conselhos;***
- ***A avaliação deve ser processual e diagnóstica, utilizada como instrumento para identificação das necessidades do sistema educacional, superando desigualdades nas condições de trabalho e aprendizagem escolar;***
- ***A avaliação deve contribuir com a formação e valorização profissional;***

- ***A avaliação deve ter um caráter participativo, fundamentado em princípios éticos, democráticos, autônomos e coletivos.***

Posições Minoritárias:

NÃO

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)?

NÃO

Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Justificativa:

Texto proposto (*máximo de uma lauda*):
